



**PROCESSO TCE-PE N° 16100108-7**

**RELATOR: CONSELHEIRO RANILSON RAMOS**

**MODALIDADE - TIPO:** Prestação de Contas - Governo

**EXERCÍCIO:** 2015

**UNIDADE JURISDICIONADA:** Prefeitura Municipal de Alagoinha

**INTERESSADOS:**

Maurilio de Almeida Silva

DANILO GALINDO PAES DE LIRA (OAB 19846-PE)

SAULO AUGUSTO BARBOSA VIEIRA PENNA (OAB 24671-PE)

**ORGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA**

**PRESIDENTE DA SESSÃO:** CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL

**PARECER PRÉVIO**

Decidiu, à unanimidade, a PRIMEIRA CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco em sessão Ordinária realizada em 04/07/2019,

**CONSIDERANDO** as deficiências observadas na Lei Orçamentária Anual;

**CONSIDERANDO** os baixos índices de liquidez;

**CONSIDERANDO** a ausência de recolhimento integral das contribuições previdenciárias devidas ao RGPS e ao RPPS;

**CONSIDERANDO** a desobediência às normas e padrões contábeis exigidos pela contabilidade pública (NBCASP, PCASP, DCASP e MCASP), fazendo que a municipalidade apresentasse nível de convergência e consistência contábil “insuficiente”, conforme aplicação de metodologia de levantamento do ICCPE;

**CONSIDERANDO** a não disponibilização integral para a sociedade do conjunto de informações exigido na LRF, na Lei Complementar nº 131/2009, na Lei nº 12.527 /2011 (LAI) e na Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** o descumprimento dos limites permitidos pela Lei Complementar nº 101/2001 com relação à Despesa Total com Pessoal;

**CONSIDERANDO** a não recondução do gasto com pessoal ao limite no período determinado na LRF;

**CONSIDERANDO** a realização de despesa sem o respectivo lastro financeiro nas contas do FUNDEB;

**CONSIDERANDO** que as numerosas impropriedades, associadas ao vício relativo ao não cumprimento dos limites previstos para a Despesa Total com Pessoal e a ausência de recolhimento integral das contribuições previdenciárias do RGPS e RPPS, configuraram cenário que justifica a rejeição das contas em apreço;



**CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 70 e 71, inciso I, combinados com o artigo 75, bem como com os artigos 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal e o artigo 86, § 1º, da Constituição de Pernambuco ;

**EMITIR Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal de Alagoinha a **rejeição** das contas do(a) Sr(a). Maurilio De Almeida Silva, relativas ao exercício financeiro de 2015.

**RECOMENDAR**, com base no disposto no artigo 69 da Lei Estadual nº 12.600 /2004, ao atual gestor do(a) Prefeitura Municipal de Alagoinha, ou a quem o suceder, que atenda as medidas a seguir relacionadas:

1. Envidar esforços na melhoria da capacidade de pagamento imediato dos compromissos de curto prazo;
2. Elaborar a programação financeira e o cronograma mensal de desembolsos, utilizando-os como instrumento de controle da execução orçamentária e financeira, adequando a despesa à receita arrecadada, evitando déficits de execução;
3. Fortalecer o controle sobre os procedimentos de registro dos fatos administrativos que têm repercussão no patrimônio do município, de modo que atendam às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
4. Cumprir integralmente as disposições legais sobre transparência pública, conforme art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Decreto Federal Nº 7.185/2010;
5. Atentar para o regular recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RGPS e ao RPPS;
6. Respeitar os limites de gastos com pessoal determinados pela LRF

Presentes durante o julgamento do processo na sessão:

CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL , Presidente da Sessão : Acompanha

CONSELHEIRO RANILSON RAMOS , relator do processo

CONSELHEIRA TERESA DUERE : Acompanha

Procuradora do Ministério Público de Contas: MARIA NILDA DA SILVA